



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

12 de julho de 2018

MPMA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	NEDILSON MACHADO
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	12/07/18	PÁG.	7
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	



Em cerimônia realizada no auditório das promotorias de Justiça da capital, na manhã da última quinta-feira, 5, o promotor de Justiça Márcio Thadeu Silva Marques foi empossado como diretor da Escola Superior do Ministério Público (ESMP) do Maranhão para o biênio 2018-2020. A solenidade foi conduzida pelo procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, sendo acompanhada por membros e servidores da instituição.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros	ESTADO
DATA	12 / 09 / 2018	PÁG.	6
		() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Alcântara MPMA aciona ex-prefeito por favorecimento de candidatos em concurso realizado em 2014

ACP por ato de improbidade administrativa foi ajuizada pela promotora de justiça Alessandra Darub Alves

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) ajuizou, em 25 de junho, Ação Civil Pública (ACP) por ato de improbidade administrativa contra o ex-prefeito de Alcântara, Domingos Cunha Júnior, em função de irregularidades em um concurso público, realizado em 2014, para a prefeitura. As ilegalidades incluem o favorecimento de inscritos ligados ao ex-gestor. A manifestação, formulada pela promotora de justiça Alessandra Darub Alves, é baseada no Procedimento Administrativo nº 06/2016, instaurado após denúncias do ex-vereador Benedito Barbosa, feitas em março de 2014 e reforçadas em abril do mesmo ano. As irregularidades incluem a divergência entre o CNPJ divulgado no edital e o endereço do Instituto Somar (que executou o certame). Além disso, os códigos de atividade do CNPJ não permitiam que a empresa realizasse concursos. Também causou surpresa o pedido para que o pagamento das taxas de inscrição fosse realizado em mãos, na sede da Secretaria Municipal de Cultura. Ademais, as vagas oferecidas no concurso não atendiam às necessidades do município. Cargos de servidores operacionais, merendeiras, vigias, motoristas; técnicos e auxiliares de Enfermagem; supervisores escolares e garis, não foram previstos.

EM NEGRITO

Em abril de 2014, as denúncias foram reforçadas com outras irregularidades, dando conta da existência de candidatos com nomes destacados em negrito na lista de aprovados. Na visão do MPMA, isso indica que o próprio Instituto Somar grifou os nomes daqueles que

deveriam ser aprovados. Outros pontos também chamam atenção. Um deles é o número de parentes e pessoas próximas ao vereador considerado como “braço direito” do ex-prefeito, além de pessoas com cargos comissionados na administração de Domingos Cunha Júnior. No dia da prova, foram constatados vários casos de uso de celulares, “colas” e conversas paralelas. Antes disso, um texto foi divulgado via Whatsapp, dando conta de alguns supostos aprovados, incluindo a então chefe de gabinete do prefeito, Soraya Gleide Chagas. Além disso, não houve aprovados para alguns cargos, mesmo havendo diversos candidatos concorrendo.

APURAÇÃO

Em janeiro de 2017, a Secretaria de Administração do município encaminhou ao MPMA documentos, entre eles, a relação de cargos comissionados, referente ao período de 2013 a 2016, e as listas dos aprovados, nomeados e empossados em 1º de dezembro de 2016.

Também foram encaminhados a lista de servidores nomeados no concurso e decreto de homologação do certame, publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão, e um relatório de inconsistências encontradas em relação ao concurso público.

A secretaria informou, ainda, a ocorrência de “diferenças grosseiras” no quadro de aprovados no concurso, como a nomeação de pessoas que não foram aprovadas no certame e a modificação das áreas de abrangência de seus cargos, para tentar dar aparência de legalidade

às suas nomeações.

SEM JUSTIFICATIVA

No final da gestão do ex-prefeito, em dezembro de 2016, foram nomeados e empossados 42 novos servidores públicos, dentre os quais sete não constam na relação de aprovados divulgada pelo Instituto Somar e nem na relação de aprovados divulgada pela prefeitura no Diário Oficial.

Os nomes dos sete aparecem no Jornal Oficial dos Municípios e foram incluídos na relação de aprovados, divulgada anexa ao decreto de homologação dos aprovados no concurso público, sem qualquer justificativa.

Três destes servidores, que foram nomeados indevidamente, ocuparam cargos em comissão na gestão de Domingos Cunha Júnior, nos cargos de auxiliar de protocolo e secretário de administração e diretor escolar.

“Todas as irregularidades representam uma afronta direta aos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência e moralidade administrativas, estipulados no artigo 37 da Constituição”, esclarece Alessandra Darub.

PEDIDOS

O MPMA pede a condenação de Domingos Cunha Júnior às penas previstas no artigo 11 da Lei de Improbidade (Lei 8429/92), resultando na perda da função pública; ressarcimento integral do dano; na suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco a oito anos e no pagamento de multa civil até o dobro do dano. Outra pena é a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	12/07/18	PÁG.	3
		<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Ex-prefeito favorecia candidatos em concurso

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) ajuizou, em 25 de junho, Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra o ex-prefeito de Alcântara, Domingos Cunha Júnior, em função de irregularidades em um concurso público, realizado em 2014, para a prefeitura. As ilegalidades incluem o favorecimento de inscritos ligados ao ex-gestor.

A manifestação, formulada pela promotora de justiça Alessandra Darub Alves, é baseada no Procedimento Administrativo nº 06/2016, instaurado após denúncias do ex-vereador Benedito Barbosa, feitas em março de 2014 e reforçadas em abril do mesmo ano.

As irregularidades incluem a divergência entre o CNPJ di-

NEPOTISMO

Outros pontos também chamam atenção. Um deles é o número de parentes e pessoas próximas ao vereador considerado como "braço direito" do ex-prefeito, além de pessoas com cargos comissionados na administração de Domingos Cunha Júnior.

No dia da prova, foram constatados vários casos de uso de celulares, "colas" e conversas paralelas. Antes disso, um texto foi divulgado via WhatsApp, dando conta de alguns supostos aprovados, incluindo a então chefe de gabinete do prefeito, Soraya Gleide Chagas. Além disso, não houve aprovados para alguns cargos, mesmo havendo diversos candidatos concorrendo.

O MPMA pede a condenação de Domingos Cunha Júnior às penas previstas no artigo 11, da Lei de Improbidade (Lei 8429/92), resultando na perda da função pública; ressarcimento integral do dano; na suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco a oito anos e no pagamento de multa civil até o dobro do dano.

Outra pena é a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

vulgado no edital e o endereço do Instituto Somar (que executou o certame). Além disso, os

códigos de atividade do CNPJ não permitiam que a empresa realizasse concursos. Também

causou surpresa o pedido para que o pagamento das taxas de inscrição fosse realizado em mãos, na sede da Secretaria Municipal de Cultura.

Ademais, as vagas oferecidas no concurso não atendiam às necessidades do município. Cargos de servidores operacionais, merendeiras, vigias, motoristas; técnicos e auxiliares de Enfermagem; supervisores escolares e garis, não foram previstos.

Em abril de 2014, as denúncias foram reforçadas com outras irregularidades, dando conta da existência de candidatos com nomes destacados em negrito na lista de aprovados. Na visão do MPMA, isso indica que o próprio Instituto Somar grifou os nomes daqueles que deveriam ser aprovados.

NOTÍCIAS DIVERSAS



**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO**
Procuradoria Geral de Justiça
**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia		Outros	
DATA	12 / 07 / 18	PÁG.	1
		<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Um total de 159 bairros que são abastecidos pelo Sistema Italuís foi novamente afetado pelo rompimento da adutora. Desta vez, o vazamento ocorreu em trecho da estrutura antiga, próximo ao elevado do município de Bacabeira, no Km-51 da BR-135, na tarde de terça-feira (10). Com o problema, parte da rodovia ficou alagada e, apesar de o vazamento ter sido ao lado do elevado, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) informou que a estrutura da construção não foi comprometida.

Durante o serviço, a pista no sentido Bacabeira-São Luís ficou interditada e o outro lado da rodovia funcionou em mão dupla. A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) informou que os serviços de reparo da tubulação de ferro fundido da antiga adutora do Sistema Italuís estavam sendo realizados em ritmo avançado e a tubulação danificada havia sido retirada. As intervenções necessárias para resolução do problema estavam previstas para serem concluídas ainda na tarde de ontem (11). A última etapa seria a retomada do abastecimento aos moradores.

O caso de terça-feira foi o primeiro no trecho de Bacabeira, onde a tubulação antiga não foi trocada, mas pelo menos 37 rompimentos na adutora do Sistema Italuís foram contabilizados pela Caema.

Com mais de 30 anos em operação, a adutora do Italuís encontra-se comprometida, em razão da ferrugem e da corrosão, o que gera rompimentos ao longo da tubulação com certa frequência. O local do rompimento não foi contemplado pela obra de substituição da adutora - que abrangeu o trecho do Campo de Perizes, somando 19 km.

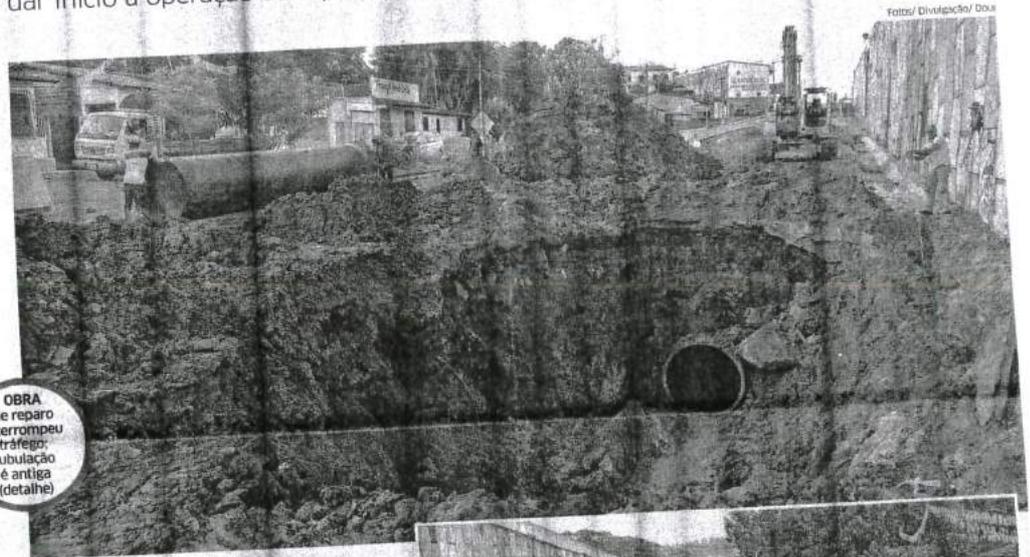
Em novembro de 2012, foi assinada a ordem de serviço para o início das obras de substituição dos 19 km da adutora. Para a realização do serviço, o Governo do Estado, por meio da Caema, conseguiu, junto ao Governo Federal, investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com a contrapartida do Governo do Maranhão. A obra tinha conclusão prevista para novembro de 2013, mas, devido à com-

bra de vidro, para prevenir acidentes devido à proximidade das linhas de transmissão da Eletroforte, entre outros pontos, foram pensados para reduzir riscos e danos.

de água para 600 mil pessoas, a adutora do Sistema Italuís passou por vários problemas nos últimos anos. Em dezembro de 2017, houve a entrega da nova adutora. No entanto, um vazamento interditou a estrutura, e a

Novo rompimento em adutora do Italuís desabastece mais de 600 mil em São Luís

O vazamento ocorreu em trecho antigo da adutora e deixou alagada área ao lado do elevado de Bacabeira; alterações no trânsito tiveram que ser feitas para dar início à operação de reparo do problema; 159 bairros foram afetados



OBRA de reparo interrompeu tráfego: tubulação é antiga (detalhe)



Fotos/ Divulgação/ Dou



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	12/07/18	PÁG.	7
		<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input checked="" type="checkbox"/> Negativa	

Governo estadual não convoca aprovados em concurso da PM

Mais de 100 concorrentes em condição sub judice deveriam ser chamados; comissão foi formada para exigir que se cumpram decisões do Judiciário; Segep diz que está sendo criado cronograma para cumprimento dessas liminares

O Governo do Maranhão está ignorando decisões judiciais que ordenam a convocação de candidatos que foram eliminados do concurso da Polícia Militar (PMMA), realizado em 2017. Mais de 100 concorrentes em condição de sub judice deveriam ser chamados para as próximas etapas, mas aguardam, até o momento, sem nenhuma previsão. As liminares foram cedidas entre os dias 5 de abril e 20 de maio deste ano. Uma comissão foi formada com o objetivo de exigir que se cumpram as determinações do Poder Judiciário.

A comissão é composta por candidatos que foram eliminados por não conseguirem entregar exames complementares via administrativa no período proposto pelo edital; candidatos por cotas raciais e pessoas com deficiência (PCDs), que não foram convocadas num primeiro momento. A banca organizadora do certame divulgou o resultado final e convocação dos candidatos em 26 de março deste ano.

"Tem decisão que era para ser cumprida em 48 horas. Nem expli-



Candidatos com deficiências físicas em audiência, em maio, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau

cações tivemos do governo pelo descumprimento. Ficamos mais indignados porque o próprio governador publicou em sua rede social que liminares devem ser cumpridas (fazendo referência sobre o mandado de soltura de Lula), mas ele

não respeita nem o que defende. Tem candidatos que foram eliminados, que com suas notas são aprovados entre os 100 primeiros", relatou, indignado, Elias Fernandes Silva, que compõe a comissão - eliminado por não entregar exames

no período proposto no edital.

Saiba Mais

No dia 3 de maio deste ano, o plenário do Tribunal do Júri, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, em São Luís, ficou lotado

de candidatos com deficiências físicas reprovadas na perícia médica do concurso da Polícia Militar (PMMA), que foram à audiência de conciliação entre o governo e representantes dos candidatos. De acordo com os concorrentes, eles foram eliminados pelo fato de serem deficientes.

Por meio de recursos, conseguiram a oportunidade de direito a seguir as próximas etapas e, de acordo com a comissão, a convocação começou dia 4 de julho.

Liminar expedida pelo juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins, determina ao Governo reservar 5% do total de vagas do certame para deficientes, mas, de acordo, com representantes da Comissão dos Portadores de Deficiência, o governo quer impedir a acessibilidade deles ao emprego.

"Nós, deficientes, fomos impossibilitados de prosseguir nas etapas do concurso, inclusive no curso de formação. A perícia médica não é para eliminar o candidato, é para comprovar a deficiência. Por essa atitude, constata-se que não que-

rem deficientes na Polícia Militar do Maranhão. Isso é discriminação. Querem tirar a nossa possibilidade ter um emprego", explicou, na época, Reydesson Gonçalves, um dos representantes da comissão dos candidatos com deficiências.

"O Governo do Estado está barando a nossa pretensão de ingressar na Polícia Militar do Maranhão (PM-MA). Todos os deficientes foram reprovados na perícia médica. A perícia é classificatória e não eliminatória. Tem gente aqui de todos os estados do Nordeste e estão prejudicados", finalizou Cléber Brito, integrante da Comissão.

Outro lado

A Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores (Segep) esclarece que os candidatos em condição sub judice conseguiram liminares para diferentes etapas do certame. Por isso, está sendo estabelecido um cronograma para cumprimento dessas liminares.

O cronograma será divulgado em momento oportuno no site da organizadora e Diário Oficial do Estado. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog				
EDITORIA				
() Política () Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral () Polícia			Outros	
DATA	12/07/18	PÁG.	6	() Gerada () Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva () Negativa

Projeto
Aprovado em regime de urgência, na sessão plenária de ontem, 11, o Projeto de Lei Complementar 004/18, de autoria do Ministério Público Estadual (MPE), que altera e revoga dispositivos da Lei Complementar Estadual 13/1981, que dispõe sobre a organização, atribuições e estatuto da instituição. O projeto visa promover a adequação da estrutura de órgãos auxiliares do MPE, como os Centros de Apoio Operacional e a Escola Superior do Ministério Público.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida		Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Geral () Polícia			
DATA	12/07/18	PÁG.	6
		() Gerada	<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea
		() Positiva	() Negativa

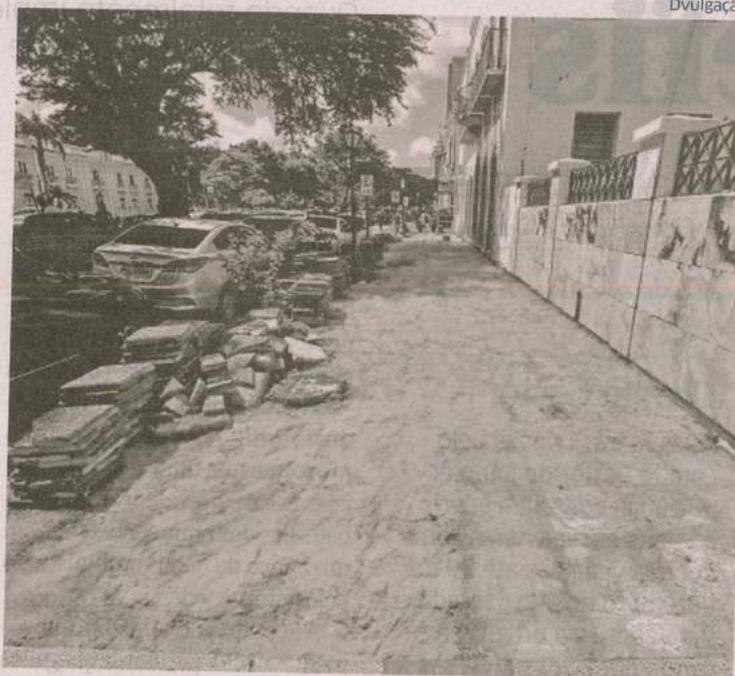
Trabalhos do Iphan requalificam praça e o entorno da D. Pedro II

Troca do calçamento nas proximidades dos bancos Bradesco e do Brasil, iniciada esta semana, faz parte das obras realizadas no Centro Histórico

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em parceria com a Prefeitura de São Luís, segue avançando nas obras de melhorias da Praça Pedro II e seu entorno. Os serviços, executados com recursos oriundos do PAC Cidades Históricas, visam à requalificação do espaço que dá acesso a importantes monumentos históricos, como o Palácio dos Leões, a Igreja da Sé e o Palácio de La Ravardière.

O trabalho integra o pacote de obras que estão sendo realizadas no centro de São Luís e inclui as praças Deodoro e do Pantheon e alamedas, Rua Grande e Praça da Mãe d'Água. Nesta semana, entre outros serviços, está sendo feita a troca do calçamento nas proximidades dos bancos Bradesco e do Brasil.

No local, o piso em placas de pedras pré-moldadas, que já se encontrava deteriorado, está sendo trocado por piso em concreto industrializado. O novo material favorece a durabilidade do calçamento, considerando a alta resistência do concreto. Além do acabamento mais bonito, o novo



Divulgação

O piso em placas de pedras pré-moldadas já está sendo trocado

piso favorece a acessibilidade, facilitando a passagem de pedestres. Os serviços serão realizados também no calçamento na área da Corregedoria Geral de Justiça e da Capitania dos Portos do Maranhão.

Cronograma

O superintendente do Iphan no

Maranhão, Maurício Itapary, afirma que o ritmo do trabalho segue o cronograma previsto. "Estamos trabalhando para finalizar os serviços o quanto antes, garantindo a qualidade do trabalho que vem sendo executado em toda essa área", disse.

Quem trafega pelo local aprova

a iniciativa. "Passo frequentemente aqui e acho muito bom e importante que estejam fazendo esse trabalho, que favorece também o acesso de outras pessoas que precisam passar por aqui para ter acesso aos serviços do banco, por exemplo", disse a professora Alcina Nogueira, 47 anos.

A reforma do espaço, que inclui a recuperação da Praça da Mãe d'Água e entorno, está em fase de finalização. Na área, já foram realizados serviços como a instalação de bancos de concreto, a recuperação do piso em pedras portuguesas, a colocação de novas lixeiras, a troca da tubulação da fonte também reformada e a instalação de bancos de madeira no entorno.

O prefeito Edivaldo Júnior acompanha o andamento das obras e destaca que o trabalho vai beneficiar a população ludovicense. "A requalificação de todo esse espaço é fruto de um trabalho conjunto em prol dos cidadãos. Esse trabalho que vem sendo executado pelo Iphan em parceria com a Prefeitura deixará o nosso Centro Histórico ainda mais bonito", ressaltou o gestor municipal. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	12/07/18	PÁG.	8
		<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input checked="" type="checkbox"/> Negativa	

Operação Lilliput

MPF/MA propõe denúncia criminal e ação de improbidade contra acusados

Auditor-fiscal, advogado e ex-agente da Polícia Federal foram denunciados pela violação de informações da Receita Federal e tentativa de obtenção de vantagem indevida em restituição tributária de uma contribuinte. O Ministério Público Federal (MPF) no Maranhão propôs denúncia criminal e ação de improbidade administrativa, na Justiça Federal, contra o auditor-fiscal da Receita Federal Alan Fialho Gandra, seu filho, o advogado Alan Fialho Gandra Filho e o agente de Polícia Federal aposentado Dário Jacob Bezerra, pela suposta violação de informações sigilosas da

Receita Federal e solicitação de vantagem indevida para restituição tributária. De acordo com a denúncia, uma contribuinte informou à Receita Federal que teria sido procurada pelo advogado Alan Filho, em 2015, com a proposta de agilizar um processo administrativo fiscal referente à restituição tributária do espólio do seu falecido pai, no valor de R\$ 1.972.402,00. Após negar os serviços de Alan Filho, a contribuinte continuou a ser insistentemente procurada pelos acusados, tendo Alan Gandra e Dário Jacob ido pessoalmente e sem autorização na sua residência, mas não foram recebidos por ela.

Segundo o MPF, Alan Gandra, valendo-se da condição de auditor-fiscal da Receita Federal, acessou indevidamente o sistema informatizado da Delegacia da Receita e disponibilizou os dados do processo para os advogados, agindo assim praticou crime de violação do sigilo funcional e, juntamente com os demais denunciados, praticaram o crime de corrupção passiva ao tentarem obter vantagem indevida da contribuinte. Caso sejam condenados, as penas podem variar de 1 a 8 anos de reclusão, além de multa. Da mesma forma, o MPF também propôs ação de improbidade administrativa

contra os acusados, requerendo as penalidades estabelecidas no artigo 12, inciso III, da Lei 8429/92, entre elas a perda do cargo público do auditor da Receita Federal, Alan Gandra. A denúncia é um desmembramento da Operação Lilliput, deflagrada em 12 de julho de 2016, que apurou supostas práticas de crimes de corrupção (ativa e passiva), falsidade ideológica, violação de sigilo funcional, bem como delitos contra a ordem tributária e contra o sistema financeiro nacional. Na operação, os denunciados Alan Gandra, Alan Filho e Dário Bezerra tiveram prisão temporária decretada.

POLÍCIA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	CA PA
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	12/07/18	PÁG. X	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

DIVULGAÇÃO/SEIC



“Júnior Bolinha” na Superintendência Estadual de Investigações Criminais, para onde foi levado após ser preso

‘Júnior Bolinha’ é preso por suspeita de extorsão e agiotagem contra empresário

PÁG. 12 [CT]



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	12/07/18	PÁG.	3
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Aprovado projeto que dispõe sobre a organização do MPE

A Assembleia aprovou ontem (11), em regime de urgência, durante sessão plenária, o Projeto de Lei Complementar 004/18, do Ministério Público Estadual (MPE), que altera e revoga dispositivos da Lei Complementar Estadual 13/1981, que dispõe sobre a organização, atribuições e estatuto da instituição.

O projeto, que agora segue para sanção, visa promover a adequação da estrutura de órgãos auxiliares do MPE, como os Centros de Apoio Operacional e a Escola Superior do Ministério Público. De acordo com a mensagem encaminhada ao legislativo estadual, o MPE ressalta que, como toda organização, o órgão precisa, constantemente, adequar-se estruturalmente às demandas sociais, a fim de não se furtrar ao desempenho de sua missão constitucional. Por isso, faz necessária a aprovação do projeto.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA		<input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos		<input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> O 4º poder		<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política		<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	
<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia		Outros	
DATA	12/07/18	PÁG.	12
<input type="checkbox"/> Gerada		<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	
<input type="checkbox"/> Positiva		<input type="checkbox"/> Negativa	

‘Júnior Bolinha’ é preso suspeito por extorsão e agiotagem contra empresário

NELSON MELO

A Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) efetuou a captura, na manhã dessa quarta-feira (11), de José Raimundo Sales Chaves, o “Júnior Bolinha”, que responde em liberdade, desde dezembro do ano passado, pela morte do jornalista Décio Sá. Dessa vez, ele é suspeito de ter extorquido um empresário na cidade de Olho d’Água das Cunhãs. O delegado Gil Gonçalves, do Departamento de Combate ao Crime Organizado (DCCO) da Seic, esclareceu que José Raimundo, segundo a investigação apurou, emprestou, em 2012, R\$ 100 mil ao empresário, cujo nome foi preservado. “Bolinha”, no entanto, teria recebido somente uma parcela do dinheiro, sendo que o restante ficou pendente. O suspeito, então, foi preso em decorrência da morte de Décio, mas nunca esqueceu a dívida. Já solto, “Júnior Bolinha” viajou até Olho d’Água das Cunhãs, acompanhado de quatro homens, em 5 de junho deste ano, para intimidar o empresário, para que este lhe desse a outra parte do dinheiro emprestado. Gonçalves comentou que Raimundo, como garantia, levou um Volkswagen



“Júnior Bolinha” na Superintendência Estadual de Investigações Criminais, para onde foi levado após ser preso

Amarok da vítima e ainda fez várias ameaças de morte. Como o fato foi levado ao conhecimento da polícia, a Seic o localizou em sua residência, no Araçagi, em São José de Ribamar. Gil Gonçalves destacou que, enquanto “Bolinha” era interrogado, um guincho chegou à Seic com a Amarok, que foi enviada por um dos “capangas” do presó. O homem já foi avisado que será ouvido na

Superintendência. SOLTURA DE “BOLINHA”

No dia 14 de dezembro de 2017, José Raimundo foi beneficiado com alvará de soltura do Tribunal de Justiça do Maranhão, a partir de decisão dos desembargadores José Luiz Oliveira de Almeida, José Bernardo Silva Rodrigues e Vicente de Paula Gomes de Castro, sendo que ele aguarda a

data do julgamento referente ao assassinato de Décio Sá. A defesa alegou que “Júnior Bolinha” se encontrava em situação fático-processual idêntica ao de José Alencar Miranda de Carvalho, acusado de ser um dos mandantes da morte do jornalista, em 23 de abril de 2012.

“Bolinha” estava preso desde o dia 9 de agosto de 2012, por força de um mandado de prisão preventiva. No “Caso Décio”, ele é apontado como a pessoa que intermediou a contratação do pistoleiro Jhonathan de Sousa Silva, após ordens de Gláucio Alencar Pontes Carvalho e o pai deste, José Alencar.

FUGA DE DELEGACIA

“Júnior Bolinha” foi protagonista de um episódio ocorrido na noite do dia 21 de dezembro de 2013, quando fugiu da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DRFV) após ter pagado uma quantia de R\$ 150 ao vigilante. Ele também conseguiu escapar por convicência de um policial civil, que deveria estar de plantão, mas saiu. Os dois foram autuados, na época, por corrupção passiva. Enquanto esteve solto, José Raimundo sequestrou uma pessoa, sendo que ele tinha marcado um encontro com um empresário para cobrar dele R\$ 180 mil.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde
<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política		<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	
<input checked="" type="checkbox"/> Geral		<input type="checkbox"/> Polícia	
		Outros	
DATA	12/07/18	PÁG.	6
		<input type="checkbox"/> Gerada	<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea
		<input type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa

Envolvido na morte do jornalista Décio Sá volta a ser preso

Acusado de participar do consórcio criminoso, que determinou a morte de Décio Sá, é preso novamente. Júnior Bolinha é acusado de crime de extorsão e agiotagem



DOUGLAS CUNHA

Investigadores da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), deram cumprimento, na manhã dessa quarta-feira (11), a mandado de prisão preventiva em desfavor de José Raimundo Sales Chaves Júnior, o "Júnior Bolinha", que já responde a processo por envolvimento na morte do jornalista Décio Sá.

Ele, que estava solto desde dezembro de 2017, é apontado, desta vez, por crimes de ex-

torsão e agiotagem. Investigações, levadas a efeito pela Seic, apontam que Júnior Bolinha emprestou cerca de R\$ 100 mil a um empresário do município de Olho d'Água das Cunhãs. Chegou a receber uma parte do dinheiro de volta, mas estaria ameaçando o empresário para que devolvesse o restante.

Os policiais o prenderam na sua residência, no bairro Araçagi. Júnior Bolinha havia sido preso preventivamente em 2012, acusado de ser um dos mandantes do assassinato do jornalista Décio Sá, crime acontecido no dia 23 de abril daquele ano, quando o jornalista se encontrava em um restaurante na Avenida Litorânea, onde o pistoleiro Jonathan Sousa o matou a tiros, a mando de um grupo do qual Júnior Bolinha fazia parte, sendo apontado como o homem que contactou o pistoleiro para fazer a execução.



Júnior Bolinha, acusado na morte de Décio, volta à prisão





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno () O progresso			
() Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias			
() O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida		Outros	
() Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia			
DATA	12 / 07 / 08	PÁG.	12
		() Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	
		() Positiva () Negativa	

Homem é preso pela sexta vez por ameaçar suas ex-namoradas

A polícia conseguiu prender, pela sexta vez, na Avenida Litorânea, em São Luís, Thiago Pereira da Silva, que estava sendo procurado por ameaçar duas ex-namoradas suas. Uma das vítimas, inclusive, teve o perfil do Facebook invadido pelo suspeito, que possui conhecimentos profundos em informática. O autor também é investigado por um estupro ocorrido no município de Viana. Em uma entrevista coletiva, a delegada Wanda Moura Leite, titular da Delegacia Especial da Mulher (DEM), contou que Thiago Pereira foi reconhecido por uma guarnição da Polícia Militar que trafegava pela Litorânea, pois a foto dele, pelo Disque-Denúncia, estava espalhada por vários pontos da região metropolitana. O suspeito estava tomando cerveja no local, quando foi observado pela equipe, sendo que negou que fosse o procurado. De lá, foi levado para a DEM, onde foram dados cumprimentos a dois mandados de prisão preventiva decretados em seu desfavor, sendo um expedido em

março e outro em maio deste ano, pelo crime de violência doméstica. Wanda Moura descreveu que, na delegacia, ele ainda ameaçou uma das vítimas, que ainda não estava no local, afirmando que não "ficaria muito tempo preso" e que, assim que saísse da cadeia, "iria matá-la". Moura Leite citou que Thiago estava preso até fevereiro deste ano, mas foi solto pela Justiça para ser monitorado por tomazeleira eletrônica, que foi rompida pelo suspeito em março. Pouco depois, a Delegacia da Mulher seguiu à residência dele, na capital maranhense, mas ele não se encontrava no imóvel. Na casa, o equipamento eletrônico danificado foi recolhido, assim como vários objetos utilizados, comumente, em magia negra. Desde então, Pereira estava sendo procurado tanto pela Polícia Civil como pela PM, sendo que a foto dele foi distribuída nos bairros. Nesse intervalo em que esteve solto, frisou a titular da DEM, Thiago "infernizou" a vida de July Rego de Lima, de



Mesmo preso nas dependências da DEM, Thiago Pereira ameaçou de morte uma de suas ex-namoradas

29 anos e que é universitária. Ao Jornal Pequeno, a jovem contou que o ex-namorado, com quem conviveu por um ano, ligou de números distintos, sempre com o prefixo 011, sempre ameaçando ou intimidando. O suspeito também invadiu a conta da faculdade da garota, alterando até as notas da vítima, como já havia prometido em uma das ligações. Além disso, Thiago se apoderou do perfil de July no Facebook, publicando fotos despidas de uma loira, que não é a jovem. Essas imagens também foram enviadas para familiares e

amigos da mulher, para não deixá-la em paz, conforme deixou claro em suas conversas intimidatórias. Para demonstrar ainda mais o descontrole do rapaz, ele tentou cortar a energia elétrica da residência de July, que já tinha uma medida protetiva decretada pela Justiça para preservá-la do autor. Com a prisão de Thiago, a jovem disse à reportagem que está aliviada, pois, nesses três meses, não teve paz e estava dormindo com a ajuda de remédios, pois, a todo momento, imaginava que o criminoso iria invadir sua casa. (NELSON MELO)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input checked="" type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia			
DATA	12/07/18	PÁG.	7
		<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Acusado da morte de Décio Sá é preso por acusação de cobranças e ameaças

O empresário José Raimundo Sales Chaves, conhecido como 'Júnior Bolinha' estaria fazendo cobranças exorbitantes a um homem no município de Olho d'Água das Cunhãs'.

G1 MA - A Polícia Civil prendeu na manhã de ontem (11) o empresário José Raimundo Sales Chaves, conhecido como 'Júnior Bolinha'. Ele chegou algemado a Superintendência Estadual de Investigações Criminais para prestar depoimento, mas será encaminhado para a Penitenciária de Pedrinhas, em São Luís.

De acordo com o delegado de combate ao crime organizado, Gil Gonçalves, os motivos da prisão são as ameaças a um homem que estaria com uma dívida com Júnior que vem do ano de 2012.

"O senhor Júnior estaria fazendo cobranças exorbitantes desta dívida que ocorrera anos antes. Ele foi até o município de Olho D'água das Cunhãs acompanhado de outras pessoas, ameaçado a pessoa e subtraído a caminhonete como forma de coagá-lo a pagar a dívida. Também foi dado um prazo para a dívida ser quitada", afirmou o delegado.



Bolinha também responde em liberdade pela morte do jornalista Décio Sá
'Júnior também confirmou que esteve na cidade com

outras pessoas, mas estaria acompanhado somente para indicar onde ele seria encontrado porque a dívida teria sido repassada a uma terceira pessoa e as pessoas com ele estariam a mando da terceira pessoa", continuou o delegado Gil.

Outro caso - "Júnior Bolinha" também é acusado de estar envolvido na morte do jornalista Décio Sá, no dia 23 de abril de 2012. Segundo o inquérito policial, ele teria intermediado a contratação do pistoleiro Jhonathan de Sousa Silva pelos mandantes Gláucio Alencar e seu pai, José Miranda.

No dia 14 de dezembro de 2017 o Tribunal de Justiça do Maranhão emitiu alvará de soltura para que ele possa responder ao processo em liberdade. De acordo com a Polícia, a prisão ocorrida nesta quarta (11) não tem ligação com o assassinato do jornalista Décio Sá.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral () Polícia		Outros	
DATA	12 / 08 / 18	PÁG.	12
		<input checked="" type="checkbox"/> Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Município de Raposa é condenado a fazer regularização do loteamento Verde Mar

Uma sentença proferida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha condenou o Município de Raposa a promover, no prazo máximo de dois anos, a regularização urbanística e ambiental do Loteamento Verde Mar, executando todas as obras de infraestrutura definidas na Lei de Parcelamento Urbano (Lei 6.766/79). Deverá o Município, ainda, proceder à regularização dos registros imobiliários, bem como ao cumprimento de todas as condicionantes fixadas nas licenças ambientais a serem expedidas pelos órgãos ambientais competentes. A sentença tem a assinatura do juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos.

Ainda de acordo com a sentença, o Município de Raposa deverá, no prazo de seis meses, juntar ao processo cronograma contendo as etapas e respecti-

vas medidas para cumprimento da sentença no prazo estipulado. Para o caso de descumprimento de qualquer dos prazos acima, o Judiciário fixou multa diária no valor de R\$ 2 mil.

A ação foi movida pelo Ministério Público Estadual, com a finalidade de determinar ao Município a regularização do parcelamento, das edificações, do uso e da ocupação do solo pertinentes ao loteamento Verde Mar, por meio de apresentação de projeto de loteamento, a ser aprovado pelos órgãos ambientais competentes e execução com as demais obras de infraestrutura pertinentes.

Destaca o MP que a construtora Castell Engenharia realizou o parcelamento e venda de lotes do Loteamento Miramar, atual Residencial Verde Mar, sem aprovação dos órgãos públicos competentes, em especial do Município de Paço do Lumiar, local onde estava

inserida, à época, a referida gleba, atualmente pertencente à Raposa. Afirma a ação que o loteamento caracteriza-se como clandestino e irregular, devendo o Município de Raposa promover a sua regularização, bem como realizar as obras faltantes. O Município de Raposa alegou, inicialmente, a inexistência do loteamento objeto da ação. Além disso, defende que, caso seja provada a sua existência, o ente público poderia, dentro do seu poder discricionário, verificar a possibilidade de promover a sua regularização.

A sentença observou que o parcelamento, previsto na Lei nº 6.766/1979, consiste em importante mecanismo de promoção e controle racional do uso e ocupação do solo, constituindo também meio de alcance das diretrizes fixadas no Estatuto das Cidades com vistas à garantia de bem-

-estar social à comunidade e o cumprimento das funções sociais da cidade. "Conforme artigo desta mesma Lei, existe a obrigação legal do loteador de dotar o loteamento de uma infraestrutura básica que compreenda, entre outros, equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação", ressaltou.

Segundo a decisão, a tarefa executada pelo loteador, embora feita por um particular, consiste no exercício de uma função pública, já que originariamente compete ao município a execução da política de desenvolvimento urbano e a promoção do adequado ordenamento territorial, conforme competência prevista em artigos da Constituição Federal.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia			
DATA	12/08/18	PÁG.	7
		<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

TE PEGO LÁ FORA!

Homem preso por bater na ex-namorada diz na delegacia que vai matá-la

Nesta quarta-feira (11), a polícia prendeu Thiago Pereira da Silva, o qual é acusado de descumprir medida protetiva de urgência, prevista na Lei Maria da Penha. Segundo informações da Polícia Civil, Thiago Pereira é autor de várias agressões contra a ex-namorada, e esta é a sexta vez que o acusado é preso por crime de violência doméstica.

“Ele tem várias passagens pela polícia, desde 2015. Na última vez em que foi preso, Thiago ficou sendo monitorado por tornozeleira eletrônica, mas, continuou fazendo ameaças à Jully. A vítima procurou a Delegacia e representamos pela prisão preventiva dele, a qual foi decretada pela Justiça e cumprida nesta quarta-feira”, explica a delegada Wanda Moura, titular da Delegacia Especial da Mulher (DEM).

Ainda de acordo com a delegada, foram cumpridos dois mandados de prisão contra Thiago e ele também está sendo autuado em flagrante por um novo crime de ameaça, pois, mesmo depois de preso, o homem mais uma vez ameaçou a vítima de morte, afirmando que assim que for posto em liberdade, ele a matará.

“Ele é um cara perigoso que deve ficar preso, ficar segregado. Durante os meses (quase três meses) em que ficou fo-



O valentão ameaçou a ex-companheira na frente dos jornalistas

ragido, ele infernizou a vida da Jully fazendo constantes ameaças, além da divulgação de fotos e vídeos íntimos de outras mulheres que se pareciam com a vítima. Ele divulgava para pessoas que tinham contato com a ex-namorada, dizendo que se tratava dela. Ele fazia isso como uma forma de difamá-la, de atacar a honra dela. De tanto sofrer essas agressões, Jully teve que ser encaminhada para atendimento psicólogo e tomar antidepressivos”, informou Wanda Moura.

A ex-namorada de Thiago, identificada como Jully Rego de Lima, falou publicamente sobre o caso e afirmou que até a sua família era ameaçada pelo

agressor.

“Como ele não tinha mais contato comigo, ele saía ameaçando todos da minha família. Ele se passava por outras pessoas e acabava ameaçando meus pais, minha mãe, meus tios, primos e até a minha filha de 4 anos. Ele chegou a entrar no portal da minha faculdade em uma parte que só eu tinha acesso, respondeu atividades erradas e disse que faria de tudo para me reprovar. Eu fiz vários boletins de ocorrência contra ele, avisava as pessoas o que estava acontecendo e me isolava, por medo do que poderia acontecer”, relata a vítima.

Ainda segundo Jully, ela decidiu se manifestar publicamen-

te sobre o caso para alertar outras vítimas.

“Hoje em dia, o mal das mulheres é duvidar achando que a pessoa não é capaz de fazer nada contra ela. Jamais a mulher deve ter esse sentimento de dúvida ou de desafiar uma mente doentia dessa. Eu fiz questão de divulgar a minha vida, a minha história justamente para não acontecer com outras mulheres. A internet é muito perigosa, pois, às vezes a mulher olha um cara bonitinho, legalzinho, formado, etc, e se ilude. Esse foi o meu problema, eu fui pelo papo dele e isso causou uma grande destruição na minha vida”, alerta Jully.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida () Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia		Outros	
DATA	12/07/18	PÁG.	4
		() Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea () Positiva () Negativa	

Júnior Bolinha está de volta a Pedrinhas, agora por estelionato

Acusado de envolvimento na morte de Décio Sá, que estava em liberdade, foi preso ontem por ameaçar empresário que lhe devia dinheiro de empréstimo

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

Já está em Pedrinhas, acusado de crime de agiotagem, José Raimundo Sales Chaves Júnior, o *Júnior Bolinha*, um dos acusados do assassinato do jornalista e blogueiro Décio Sá. Ele foi preso ontem pela Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), em sua residência no bairro Araqagi, na cidade de São José de Ribamar, em cumprimento de uma ordem judicial. *Bolinha* foi preso em 2012, acusado de ser um dos mandantes da morte de Décio Sá, mas solto no dia 14 de dezembro do ano passado, após determinação do Tribunal de Justiça.

O delegado Gil Gonçalves, chefe do Departamento de Combate ao Crime Organizado (DCCO), órgão ligado à Seic, informou que *Júnior Bolinha* emprestou a quantia de R\$ 100 mil a um empresário da cidade de Olho d'Água das Cunhãs em 2012, antes de ser preso no Caso Décio Sá, cobrando juros muito altos.

No decorrer dos últimos anos, o empresário chegou a pagar uma parte da dívida, mas, segundo o delegado, mês passado *Júnior Bolinha*, em companhia de outros homens, foram até Olho d'Água das Cunhãs. Armados, ameaçaram de morte o empresário e levaram a sua caminhonete.

A polícia foi informada do fato e solicitou ao Poder Judiciário a sua prisão,



José Raimundo Sales, o *Júnior Bolinha*, em uma de suas prisões

que foi cumprida. *Bolinha* foi conduzido para a sede da Seic, no Bairro de Fátima, para ser ouvido. Ele disse que essa dívida foi repassada para o advogado que fez a sua defesa no caso da morte de Décio Sá.

Ele declarou, ainda, que os homens armados foram até a residência do empresário por ordem desse advogado. A polícia, até a tarde de ontem, continuava trabalhando com vistas a apreender a caminhonete. "*Bolinha* falou que foi até o interior apenas para levar os homens até a casa do empresário", informou o delegado.

Caso Décio

Décio Sá, que era blogueiro e repórter de Política de O Estado, foi morto com seis tiros de pistola ponto 40 em um bar, na Avenida Litorânea, na noi-

te do dia 23 de abril de 2012. A polícia informou que esse crime foi motivado por denúncias de casos de agiotagem no Maranhão, feitas pelo jornalista em seu blog.

As investigações apontaram que os envolvidos no assassinato faziam parte de uma quadrilha de agiotas, que emprestavam dinheiro para financiar campanhas de candidatos a prefeito que pagavam a dívida com dinheiro público após vencer as eleições. A morte do jornalista levou as investigações da Polícia Civil do Maranhão e da Polícia Federal a encontrarem ligação desses agiotas com pelo menos 41 prefeituras maranhenses, no período de 2009 a 2012, com desvio de cerca de R\$ 100 milhões de recursos estaduais e federais desviados.

O inquérito policial indiciou 12 pes-

soas como envolvidas na morte do jornalista: Gláucio Alencar Pontes Carvalho, José de Alencar Miranda, Ronaldo Ribeiro, Alcides Nunes da Silva, Joel Durans Medeiros, *Júnior Bolinha*, Fábio "Capita", Fábio Aurélio o Bucharra, Jhonatan de Souza Silva, Marcos Bruno de Oliveira, o *Amarel*, Shirliano Graciano de Oliveira, o *Bolão*, Elker Farias Veloso, Jhonatan de Souza Silva e Marcos Bruno Silva de Oliveira.

Destes, apenas Jhonatan Silva e Bruno de Oliveira foram julgados e condenados, José Miranda e Gláucio Alencar estão cumprindo prisão domiciliar, e *Júnior Bolinha* foi solto. Os outros foram impronunciados no processo.

Reintegração

Ainda ontem a assessoria de comunicação do Tribunal de Justiça informou que, na sessão do Pleno, acabou decidindo pela reintegração ao cargo de delegado da Polícia Civil do Maranhão Sérgio Luis Rêgo Damasceno. Ele tinha sido exonerado dessa função pelo Governo do Estado por ato de improbidade administrativa em maio do ano passado. A decisão foi publicada no Diário Oficial do Estado após o julgamento de um processo administrativo aberto pela Secretaria de Segurança Pública (SSP). O Estado entrou em contato com assessoria de comunicação da SSP para saber mais informações sobre o caso, mas até o fechamento desta edição não obteve resposta. ●